

O descaso do governo do Paraná com as universidades públicas (crônica de uma morte anunciada)

ANGELO PRIORI*

Os professores e funcionários das Universidades Estaduais de Maringá (UEM), de Londrina (UEL) e do Oeste do Paraná (Unioeste) estão em greve desde o dia 17 de setembro. A sociedade deve estar perguntando: mas por que estão em greve? A resposta é fácil. Estamos há mais de seis anos sem reajuste salarial (o último, de 10%, foi em agosto de 1995) e por isso a situação tem piorado sensivelmente. A defasagem salarial chega a 50,03% (índice calculado pelo DIEESE até o mês de maio passado). Hoje, professores e funcionários das universidades estaduais do Paraná têm o salário mais baixo de todo o país. E começa a ocorrer um fenômeno que o Paraná já conheceu no final da década de 1980. A fuga de cérebros e de professores titulados para as universidades estaduais paulistas e para as universidades federais, já que atualmente elas estão pagando salários bem melhores do que os pagos nas nossas universidades (mesmo assim as universidades federais também estão em greve).

Para piorar a situação as tarifas cobradas pelo governo do Estado e pelo governo federal têm subido dia-a-dia. Para se ter uma ideia, no ano passado o governo Lerner aumentou a tarifa de energia em

15,43% e o pedágio das estradas em 153%; a gasolina teve alta de 33%, o gás de cozinha subiu 12,54%; os correios aumentaram as suas tarifas em 22,73% e os telefones subiram 19,28%.

Como já é sabido por toda a sociedade paranaense, aqueles senhores que ocupam o Palácio Iguaçu e detêm o mando político no estado não têm nenhuma sensibilidade social. Além disso, a cada dia surge uma denúncia de corrupção cometida pelo grupo político. Primeiro foi o ex-prefeito de Londrina, Antônio Belinati, marido da vice-governadora, que teve o mandato cassado por corrupção e desvio de mais de 100 milhões de reais do cofre público. Depois, o ex-prefeito de Maringá, Jairo Gianotto, também pertencente ao grupo do governador, afastado da prefeitura pelo Ministério Público e acusado de desviar aproximadamente 100 milhões de reais. E atualmente, o prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi, que deixou de declarar ao TRE, 30 milhões de reais, usados irregularmente durante a campanha pela sua reeleição.

Durante os quase sete anos que lá estão, os participantes desse grupo político sucatearam as finanças públicas, faliram e venderam o Banestado (Banco do



* Doutor em História e presidente da Associação dos Docentes da UEM (Aduem)



Estado do Paraná) por preço de banana, privatizaram as estradas, que passaram a cobrar pedágios caríssimos, prenderam, torturaram e assassinaram trabalhadores rurais sem-terra; e atualmente tentam vender a Copel também por preço de banana. E o que é pior: passando por cima da vontade da grande maioria da população.

Com relação ao funcionalismo público adotaram uma política de total descaso. A desculpa, sempre a mesma: não há dinheiro para reajustar os salários, já que a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite gastar mais de 60% da arrecadação com o funcionalismo público. Mas será que isso é verdade? Notícias que saem de dentro do Palácio Iguaçu informam que a arrecadação subiu 10% em 1999, 18% em 2000 e há uma projeção de aumentar em mais 18% esse ano. Ora, para onde está indo todo esse dinheiro?

Para melhorar a malha viária das estradas não é, já que elas foram privatizadas e aquelas que são públicas continuam esburacadas e intransitáveis. Na segurança parece que também não. A criminalidade tem aumentado em cidades como Curitiba e Foz do Iguaçu e a Polícia Militar tem feito várias manifestações pelo baixo salário que recebem, além de reclamar da falta de equipamentos adequados de trabalho e até de uniforme e colete salva-vidas. Para a saúde? O SUS e as prefeituras são quem mantém em grande parte os postos de saúde e hospitais públicos. Para a educação então, nem pensar. É só dar uma olhada nas escolas perto de nossas casas para ver o que está acontecendo:

vidros quebrados, fachadas sem pintura, sujeiras. E dentro da escola, faltam bibliotecas, laboratórios e salas de aulas adequadas. As cadeiras para os estudantes são todas ergonomicamente incorretas, ou seja, prejudicam a saúde, sobretudo a coluna vertebral dos alunos. Até os quadros-negros são de péssima qualidade, prejudicando o trabalho do professor e os olhos das nossas crianças.

Nas universidades, o caso é o mesmo. Há seis anos não chega um tostão para a manutenção de salas de aulas, laboratórios e bibliotecas. Se elas ainda estão de pé é pelo esforço dos seus professores, qualificados, que buscam recursos nas agências de fomento e reverterem esse dinheiro para a manutenção das atividades acadêmicas. Mas a situação chegou à beira do limite. Por isso, diante desta situação, à exemplo do ano passado, as universidades pararam as suas atividades. Por isso estamos em greve.

Esperamos que o governo Lerner saia de dentro dos muros e das grades de contenção do Palácio Iguaçu, tome um banho de humildade e se sensibilize com a drástica realidade dos servidores públicos paranaenses e com as nossas convalidas universidades; e tome uma atitude, imediatamente, negociando uma política salarial unificada, isonômica e socialmente justa para os professores e funcionários. Pois, caso contrário, ficará marcado para o resto da vida (como já aconteceu com o Álvaro Dias) como o governador que não se preocupou e deixou à deriva as nossas universidades estaduais.